



Centrais sindicais vão às ruas em defesa de empregos e direitos

Na primeira reunião de 2015, a CUT e as demais centrais sindicais anunciaram que farão duas grandes mobilizações unificadas em defesa dos empregos, direitos e pela revogação das Medidas Provisórias 664 e 665 anunciadas pelo governo no final do ano passado.

A primeira medida altera o acesso à pensão por morte e ao auxílio-doença. A segunda, ao seguro-desemprego, abono salarial e ao seguro-defeso pago aos pescadores

artesanais.

O Dia Nacional de Luta em Defesa dos Empregos e dos Direitos será a primeira das manifestações e acontecerá no dia 28 de janeiro, em todo o país, com assembleias e paralisações. Já a Marcha da Classe Trabalhadora ocorrerá no dia 26 de fevereiro, em São Paulo.

A CUT avalia as medidas como ataques aos direitos trabalhistas e aponta a necessidade de dar uma resposta nas ruas a essas ações.

Caixa Federal 100% pública

A Caixa completou 154 anos de fundação segunda-feira, 12 de janeiro em meio a um debate que pode significar mudança radical em seu caráter público. Isso porque, no final de dezembro, foram veiculadas notícias de que o governo federal pretende iniciar processo de abertura de capital na instituição financeira.

Os Sindicatos, a Fenaes (Federação

Nacional das Associações de Empregados da Caixa Federal), a Contraf-CUT, com CUT e outras centrais sindicais se contrapõem a essa medida, e enviaram ofício à presidenta Dilma Rousseff, no qual defendem a manutenção da Caixa 100% pública. Além disso, aguardam retorno à solicitação de audiência para discutir o assunto.

BB é condenado por assédio moral de superintendente

A juíza Luciana Jereissati Nunes, da 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza, concedeu na quarta-feira (7) sentença favorável a um ex-superintendente regional do Banco do Brasil que denunciou à Justiça vários mecanismos de pressão e cobrança de metas, além da existência de uma "lista negra" para futuros descomissionamentos dentro do BB praticados pelo superintendente estadual do Ceará, Elói Medeiros. A magistrada determinou o pagamento de indenização

ao ex-superintendente no valor de R\$ 300 mil por danos morais.

O ex-superintendente regional denunciou que, após sofrer inúmeras formas de assédio moral, foi pressionado a se aposentar em março de 2013. De acordo com ele, em carta apresentada à direção e divulgada na área interna do BB, era forçado a fazer avaliações tendenciosas, levando alguns colegas a também se aposentarem ou receberem punições indevidas. Tudo com o aval da Super do CE.

Salário mínimo ideal é de R\$ 2.975,55

O trabalhador brasileiro que ganha um salário mínimo deveria receber R\$ 2.975,55 em dezembro para ter todas as necessidades básicas cobertas, aponta o Dieese.

Para chegar ao valor é considerada a cesta básica mais cara do país, que, neste caso, foi verificada em São Paulo (R\$ 354,19). Além disso, são levadas em consideração as despesas com moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Inscrições para bolsas de estudo conquistadas no Santander vão até dia 16

O Santander continua com inscrições abertas para a concessão de 2 mil bolsas de primeira graduação, conforme foi conquistado no acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), com validade de dois anos. O prazo vai até o dia 16 de janeiro e os inscritos receberão retorno da área de recursos humanos do banco até o dia 6 de fevereiro, informando se a bolsa foi aprovada. A bolsa garante um auxílio de até 50% do valor da mensalidade, limitado a R\$ 480,50 por mês. Podem fazer inscrição os funcionários com no mínimo 4 meses de banco e que já estejam cursando ou irão cursar a primeira graduação.

Contraf-CUT discute MP 664 que muda auxílio-doença

A Contraf-CUT realiza nesta quarta-feira, uma reunião do Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para debater o posicionamento diante da Medida Provisória (MP) nº 664, publicada na edição extra do Diário Oficial da União em 30 de dezembro do ano passado, que muda as regras para a concessão de benefícios previdenciários, alterando vários artigos da lei federal nº 8213/91.

A Caixa é condenada em R\$ 1 milhão

Uma sentença da Vara do Trabalho de Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, condenou a Caixa a pagar R\$ 1 milhão por danos morais coletivos. Tudo isso por submeter os empregados a jornadas extenuantes de trabalho. Caixas, tesoureiros e vigilantes chegavam a trabalhar cinco horas a mais por dia. Documentos analisados durante a ação constatarem que as horas extras eram realizadas todos os dias da semana e não havia exceção.